

PERFIL DEMOGRÁFICO E DO EMPREGO DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA: POPULAÇÃO DEPENDENTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA *ILHA DE PROSPERIDADE* DE UBERLÂNDIA – MG*

Ester William Ferreira*
Luiz Bertolucci Júnior ♦
Marlene Marins de C. Borges^

Palavras-chave: portadores de deficiência; perfil demográfico e sócio-econômico.

Resumo

Este estudo objetiva identificar o perfil demográfico e sócio-econômico dos portadores de deficiência, residentes em Uberlândia-MG, com ênfase na situação do emprego, entendendo ser este o passo inicial para avaliar o grau de necessidade de políticas públicas para a geração de emprego e renda para essa população. Para tanto, utiliza-se dos resultados obtidos na pesquisa Levantamento de Informações Econômico-Sociais da População Portadora de Deficiência no Município de Uberlândia – MG, realizada em 2004, pelo CEPES/UFU. O Censo Demográfico de 2000 mostrou que expressiva parcela da população brasileira possui algum tipo de deficiência, em sua maioria em idade para o trabalho, entre 14 e 65 anos e, segundo a Lei nº 8213/91, as empresas deveriam reservar vagas para essa população. Considerando que a cidade de Uberlândia conta com dados recentes sobre a população portadora de deficiência, cabe verificar se a maioria dos portadores de deficiência tem acesso ao mercado de trabalho, ou se o desemprego atinge de forma diferenciada estas pessoas. O artigo explicita a necessidade premente de ações do Estado, em garantir políticas públicas, mesmo em cidades tidas como *ilhas de prosperidade*, se considerados alguns indicadores sócio-econômicos, que permitam a erradicação do desemprego e a superação do nível de pobreza que a caracteriza, em contraposição às políticas neoliberais que restringem a acessibilidade dos portadores de deficiência aos diversos setores da vida cotidiana.

* Trabalho apresentado no XII Seminário sobre a Economia Mineira, realizado em Diamantina-MG – Brasil, de 29 de agosto a 01 de setembro de 2006.

* ♦ Economistas do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES), do Instituto de Economia (IE), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestres em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UFU (MG).

♦ Economista do CEPES / IEUFU. Mestre em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG (MG).

Perfil demográfico e do emprego das pessoas portadoras de deficiência: população dependente de políticas públicas na *ilha de prosperidade* de Uberlândia – MG*

Ester William Ferreira*
Luiz Bertolucci Júnior ♦
Marlene Marins de C. Borges^

Introdução

No período recente, com as novas informações geradas pelas diversas fontes de pesquisas divulgadas ao final do milênio, principalmente aquelas originadas dos censos demográficos e de pesquisas sociais periódicas, realizadas por diversos centros de pesquisas brasileiros, tem-se obtido resultados que apresentam a população brasileira como um contingente demográfico bastante diferenciado, seja nos aspectos demográficos (idade, sexo, cor, distribuição espacial, entre outros), seja nos aspectos sócio-econômicos (escolaridade, composição familiar, renda, acesso a bens de consumo e serviços essenciais, etc.). Participando da constituição da população brasileira encontram-se as pessoas portadoras de deficiência (PPD), que representam significativo contingente populacional, e que, nos anos recentes, tem-se apresentado como uma população carente de ações públicas que permitam acessibilidade aos diferentes recursos que lhes garantam uma vida melhor.

Ampliou-se, nos últimos anos, a discussão em torno do tema de inclusão das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho, mesmo diante das dificuldades enfrentadas atualmente, em maior ou em menor grau, por qualquer pessoa que procura emprego. Diversas são as opiniões de que as PPD continuam sendo um grupo particularmente vulnerável, seja pelo preconceito por que ainda passam, seja pela ausência de condições de acesso à escolaridade, à qualificação, a programas de reabilitação profissional ou mesmo pela falta de projetos de adaptação do ambiente de trabalho às suas necessidades e limitações, necessidades estas que o setor privado não tem dado conta.

O debate e as reivindicações em torno dos direitos sociais e individuais, incluindo os de acesso ao trabalho, dos portadores de deficiência, resultaram, ainda nas décadas de 70 e 80, na elaboração de documentos internacionais que visavam à garantia de seus direitos. São exemplos: a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental (ONU, 1971), a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975) e a Convenção 159 Sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes (OIT, 1983), conforme Ribas (2000).

No Brasil, a Constituição de 1988 é considerada a primeira Carta Constitucional que enfatiza a tutela da pessoa portadora de deficiência no trabalho. Em alguns artigos, defendem-se a dignidade da pessoa humana, a cidadania e o valor social do trabalho como valores a serem

* Trabalho apresentado no XII Seminário sobre a Economia Mineira, realizado em Diamantina-MG – Brasil, de 29 de agosto a 01 de setembro de 2006.

* ♦ Economistas do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES), do Instituto de Economia (IE), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestres em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UFU (MG).

♦ Economista do CEPES / IEUFU. Mestre em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG (MG).

defendidos pela República. Em outros, fica explícita a obrigatoriedade do Estado de adotar medidas para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; erradicação da pobreza e da marginalização; redução das desigualdades sociais e promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. No artigo 7º, inciso XXXI, proíbe-se qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (Fonseca, 2003).

A percepção de que as PPD têm potencial para o trabalho está evidenciada em vários trechos da Constituição Federal. Todavia, além da percepção, algumas determinações são colocadas para que, efetivamente, essa população tenha oportunidades de inclusão no mercado de trabalho.

Na esfera pública, por exemplo, a lei deve reservar percentual dos cargos e empregos públicos para as PPD, bem como definir os critérios de admissão.

Na esfera privada, também há a obrigatoriedade quanto à reserva de vagas para portadores de deficiência. A Lei nº 8.213/91 estabelece os seguintes percentuais: “*A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas na seguinte proporção: até 200 empregados (2%); de 201 a 500 empregados (3%); de 501 a 1000 (4%); de 1000 em diante (5%)*” (Fonseca, 2003).

Relativamente às décadas anteriores, os avanços conquistados, nos últimos vinte anos, por meio de leis e decretos, têm sido muito importantes à medida que procuram garantir às PPD possibilidades reais de inclusão em todas as esferas da vida em sociedade. Contudo, entre o que a Constituição determina e o que se observa na realidade dessa população, percebe-se que ainda há muito a conquistar.

No que se refere à participação no mercado de trabalho, em que pese a existência de leis que garantam vagas às PPD, o relatório “Retratos da Deficiência no Brasil” (Neri et al., 2003), segundo resultados do Censo Demográfico de 2000, revelou que, do total de 26 milhões de trabalhadores formais ativos, 537 mil são pessoas com deficiência, o que representa apenas 2%. A maioria da população com alguma deficiência não faz parte do mercado de trabalho.

Na discussão sobre essa realidade, mais especificamente sobre a inserção do portador de deficiência na esfera privada, dois pontos se destacam. De um lado, constata-se que são poucas as empresas que cumprem a lei que garante a reserva de vagas para as PPD e, por isso, o poder público tem se empenhado em fiscalizar e autuar aquelas que não cumprem. De outro, as próprias empresas argumentam que, ainda que sejam reservados postos de trabalho pela imposição das cotas, as PPD não estão profissionalmente qualificadas para assumi-los, seja porque não têm escolaridade formal, seja porque não passaram por nenhum programa de educação profissional ou porque nunca trabalharam.

Em Uberlândia, Minas Gerais, esse mesmo debate se coloca. Ao contrário do que muitos podem concluir ao se depararem com alguns indicadores sociais apresentados pelo município, indicadores estes que se revelam melhores que a média brasileira, pesquisas recentes têm mostrado que as dificuldades sócio-econômicas enfrentadas pelas PPD, residentes em Uberlândia, em muito contribuem direta ou indiretamente para que parcela significativa dessa população não seja absorvida no mercado de trabalho formal.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2000), Uberlândia de fato apresentou indicadores que levaram alguns a considerarem o município uma *ilha de prosperidade*.

O IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,830 foi superior ao apresentado em 1991 (0,778), o que colocou o município em 7º lugar na classificação estadual e em 134º na classificação nacional. A expectativa de vida de 73,11 anos também se mostrou mais elevada que aquela obtida em 1991 (70,45 anos). Além disso, superou os resultados apresentados para Minas Gerais (70,55 anos) e Brasil (68,61), em 2000. O IDH-M Longevidade do município, por consequência, aumentou de 0,758 (em 1991) para 0,802 (em 2000). No que se refere à educação, o IDH-M foi de 0,920, também melhor que a média estadual (0,850) e nacional (0,849). O IDH-M Renda foi o que apresentou a menor elevação, saindo de 0,728 (em 1991) para 0,768

(2000), ainda assim superior ao IDH-M Renda de Minas Gerais (0,711) e do Brasil (0,723), em 2000².

Em que pese esses resultados mais gerais que parecem indicar um panorama favorável de desenvolvimento em Uberlândia, informações mais detalhadas do Atlas revelam o reverso dessa *ilha de prosperidade*.

Os resultados do cálculo da renda familiar per capita, por exemplo, expressos em reais de 1º de agosto de 2000, mostraram que a renda apropriada por cada indivíduo residente no município já era baixa em 1991 (R\$306,29) e, embora tenha aumentado para R\$389,32 em 2000, ainda se mostrou insuficiente para garantir as necessidades básicas com alimentação, saúde, educação, cultura e outros recursos que o Estado não garante na totalidade.

Outro indicador das condições de renda diz respeito à porcentagem da renda domiciliar apropriada por faixas da população. Em Uberlândia, os 20% mais pobres apropriavam-se de aproximadamente 4% da renda do município em 1991, segundo a renda domiciliar per capita. Em 2000, essa mesma faixa da população passou a apropriar-se de 3,27% da renda. Por outro lado, a faixa dos 20% mais ricos da população, que, em 1991, se apropriavam de 58,28% da renda, passou a apropriar-se de 61,43% em 2000, o que evidencia uma piora na distribuição de renda no município.

Quanto aos indicadores de pobreza, constata-se que, entre 1991 e 2000, a porcentagem de indigentes em Uberlândia aumentou, passando de 3,15% para 3,91%, respectivamente. A participação de pobres que, embora tenha reduzido no período saindo de 14,13% para 12,77%, ainda é considerada significativa.

Enfim, as informações sobre as condições de renda, para o município de Uberlândia, revelaram o baixo crescimento da renda per capita, a diferenciação da renda domiciliar apropriada por faixas da população e os percentuais ainda elevados de indigência e pobreza, o que configura um quadro de concentração de renda que não fica longe dos resultados registrados para o Brasil e para o estado.

É nesse contexto que se encontra também a população portadora de deficiência residente em Uberlândia, população esta que, segundo o Censo Demográfico de 2000, correspondia a aproximadamente 63 mil pessoas (12,64% da população residente).

O presente artigo, por meio de informações obtidas a partir da pesquisa “Levantamento de Informações Econômico-Sociais da População Portadora de Deficiência no Município de Uberlândia – MG” (Camargos Borges et. al., 2005), realizada, em 2004, pelo CEPES (Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia), pretende mostrar o perfil demográfico das PPD residentes no município (seção 1), bem como suas condições de ocupação e renda (seção 2), a fim de discutir suas limitações e suas dificuldades.

Importante ressaltar que a referida pesquisa permitiu a construção de uma base de informações que, além de quantificar e qualificar as PPD, também possibilitou identificar, localizar e cadastrar essas pessoas no município de Uberlândia, com certo grau de detalhamento qualitativo da informação, permitindo melhor conhecer a população com deficiência em idade ativa que poderia ser preparada para o mercado de trabalho.

Finalmente, o artigo explicita a necessidade e a obrigatoriedade de ações do Estado em garantir políticas públicas, mesmo em cidades tidas como *ilhas de prosperidade*, que permitam a erradicação do desemprego e da marginalização do valor social do trabalho dessa população, superando o nível de pobreza que a caracteriza em contraposição às políticas neoliberais que restringem a acessibilidade dos portadores de deficiência nos diversos setores da vida cotidiana.

² Para maiores detalhes sobre os indicadores de desenvolvimento humano para Uberlândia, ver MUNIZ et al. (2005).

1 – Aspectos Demográficos dos Portadores de Deficiência

Nesta seção apresenta-se o retrato demográfico da população portadora de deficiência residente em Uberlândia-MG e pesquisada no levantamento realizado em 2004.

Observou-se que a maior parte das pessoas portadoras de deficiência pesquisadas (PPDs) declararam possuir deficiências físicas (44,15%), em sua maioria, com idades acima de 30 anos e homens. Somente os grupos decenais de 50 a 59 anos e de 70 anos e mais apresentam maior proporção de mulheres com deficiência física que os homens (Tabela 1.1).

Tabela 1.1
Pessoas Portadoras de Deficiência segundo idade (por grupo decenal),
sexo e tipos de deficiência declarada.

Idade (grupo decenal)	Sexo	Total geral		Tipos de deficiência declarada									
		Número	%	Auditiva		Física		Mental		Visual		Não identificada	
				Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Até 10 anos	Feminino	20	0,5	5	0,13	3	0,08	7	0,18	1	0,03	4	0,10
	Masculino	20	0,5	3	0,08	4	0,10	7	0,18	-	-	6	0,16
10 a 19 anos	Feminino	252	6,6	45	1,17	52	1,35	120	3,14	22	0,57	13	0,34
	Masculino	350	9,1	49	1,27	62	1,61	170	4,44	34	0,88	36	0,94
20 a 29 anos	Feminino	308	8,0	45	1,17	117	3,07	93	2,42	32	0,83	21	0,55
	Masculino	371	9,7	43	1,12	144	3,77	136	3,56	27	0,70	21	0,55
30 a 39 anos	Feminino	334	8,7	26	0,68	175	4,57	47	1,22	51	1,33	35	0,91
	Masculino	405	10,6	48	1,25	205	5,35	76	1,98	40	1,04	37	0,96
40 a 49 anos	Feminino	412	10,8	39	1,01	205	5,35	64	1,66	63	1,64	42	1,09
	Masculino	384	10,0	27	0,70	226	5,90	59	1,53	46	1,20	27	0,70
50 a 59 anos	Feminino	382	10,0	24	0,62	210	5,48	36	0,94	71	1,85	42	1,09
	Masculino	356	9,3	36	0,94	175	4,57	25	0,65	66	1,72	55	1,43
60 a 69 anos	Feminino	70	1,8	3	0,08	40	1,04	7	0,18	10	0,26	10	0,26
	Masculino	105	2,7	12	0,31	46	1,20	9	0,23	20	0,52	18	0,47
70 anos e mais	Feminino	39	1,0	7	0,18	17	0,44	3	0,08	9	0,23	3	0,08
	Masculino	23	0,6	2	0,05	10	0,26	3	0,08	6	0,16	2	0,05
Total	-	3.831	100,00	412	10,76	1.691	44,15	861	22,48	496	12,94	370	9,67

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

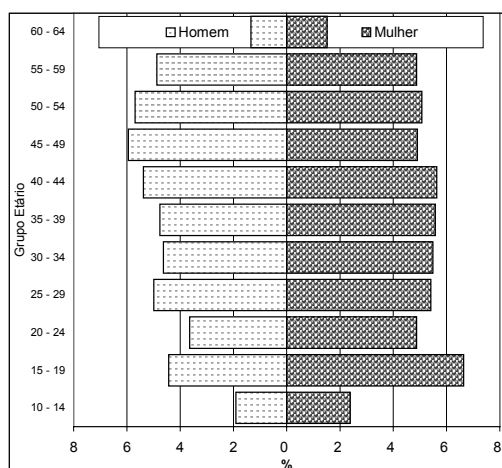
O pequeno contingente de pessoas com até 10 anos de idade ou com 70 anos e mais é resultante do escopo da pesquisa, que priorizou localizar PPD em idade ativa (conforme conceito desenvolvido em pesquisas voltadas ao Mercado de Trabalho), ou seja, pessoas portadoras de deficiência com idades entre 13 e 60 anos, aproximadamente, 3574 pessoas.

Pessoas portadoras de deficiência mental representaram 22,48% do total de PPDs, em sua maioria homens com idades entre 10 e 30 anos. As PPDs com dificuldades visuais somaram-se, aproximadamente, 13% do total – 496 pessoas, enquanto as PPDs auditiva representaram 11%, 412 pessoas com dificuldades na fala e audição. Do total, 3831 PPDs, próximo a 10% são pessoas que não identificaram claramente o tipo de deficiência que possuíam ou a pessoa responsável pelas informações sobre o portador de deficiência também não identificou o tipo de deficiência.

A Tabela 1.1 mostra que a distribuição quantitativa das PPDs, do sexo masculino, apresenta certa proximidade quantitativa entre os grupos decenais compreendidos entre 10 e 59 anos, sendo que a maioria das PPDs se concentram em idades acima de 20 anos, idades favoráveis para maior dedicação à educação formal ou para investimentos em cursos de capacitação que garantam melhor inserção da PPD no mercado de trabalho formal.

A Figura 1.1 apresenta a PPD uberlandense com estrutura etária definida pela maior participação de pessoas em idades acima de 30 anos. A exceção ocorre para o grupo de mulheres com idades entre 15 e 19 anos, aproximadamente 7% da população pesquisada.

Figura 1.1
Estrutura Etária das Pessoas Portadoras de Deficiência.



Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

O maior grupo etário masculino encontra-se nas idades de 45 a 49 anos, quase 6% do total. Observa-se certa proximidade entre os percentuais de mulheres e homens para os mesmos grupos etários, sendo que na maioria deles encontra-se maior participação relativa de mulheres no total da PPD. No entanto, nos grupos de idade mais avançada, acima dos 45 anos, os homens estão em maior número, valendo a pena avaliar se, para as idades mais altas, ao contrário do que acontece com a população em geral, quando a maioria dos homens morre antes das mulheres, estaria ocorrendo ligeira sobremortalidade das mulheres portadoras de deficiência.

Essa estrutura mais envelhecida retrata as alterações no padrão demográfico acelerado desde a década de 80, quando se observa menos filhos por mulheres, bem como os possíveis avanços da medicina preventiva que possibilitam identificação de causas tratáveis e, por conseguinte, a diminuição dos nascimentos de crianças portadoras de deficiência. Vale considerar que existe subenumeração no número de portadores de deficiência, uma vez que algumas famílias escondem ou não consideram algum parente como tal, por diversos motivos, entre eles: o preconceito.

Na estrutura etária apresentada não se consideram os idosos, pessoas acima de 65 anos, importante parcela da população uberlandense a requerer serviços e produtos especiais para suas necessidades senis ou especiais, quando se trata de idosos portadores de deficiência. Crianças e jovens, população que em futuro breve pressionará por serviços de educação, formação profissional, saúde e emprego, somando-se quase seis mil portadores de deficiência nesta faixa etária, em Uberlândia, conforme levantamento divulgado com base nos microdados do Censo Demográfico de 2000, também não foram registrados na totalidade pela LIESPPDeficiência, que priorizou localizar pessoas em idade para o trabalho.

Quanto à posição que as pessoas portadoras de deficiência pesquisadas (PPDs) ocupam no domicílio (a residência visitada), a Tabela 1.2 destaca que a maior parte é composta por responsáveis pelo domicílio (34,4%), em sua maioria não nascidos em Uberlândia (25,3%), juntamente com os cônjuges (11%) e os filhos (18%), o que denota parte do efeito direto da migração das PPDs que chefiam suas residências. Chama-se também atenção para outro aspecto do efeito da migração, ou seja, 20% dos portadores de deficiência nascidos em Uberlândia são, em grande parte, filhos dos casais imigrantes que aqui aportaram nos anos anteriores.

Tabela 1.2.
Relação das Pessoas Portadoras de Deficiência com a pessoa responsável pelo domicílio, segundo o local de nascimento.

Relação com a pessoa responsável	Nasceu em outro município		Nasceu em Uberlândia-MG		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Responsável pelo domicílio	904	25,29	325	9,09	1.229	34,39
Cônjuge, companheiro (a)	395	11,05	124	3,47	519	14,52
Filho(a), enteado (a)	644	18,02	719	20,12	1.363	38,14
Pai, mãe, sogro (a)	69	1,93	41	1,15	110	3,08
Neto(a), bisneto(a)	19	0,53	41	1,15	60	1,68
Irmão (ã)	117	3,27	47	1,32	164	4,59
Outro Parente	78	2,18	38	1,06	116	3,25
Agregado	3	0,08	-	-	3	0,08
Pensionista	2	0,06	-	-	2	0,06
Empregado Doméstico	1	0,03	-	-	1	0,03
Parente do empregado	2	0,06	1	0,03	3	0,08
Individual (domicílio coletivo)	3	0,08	1	0,03	4	0,11
Total	2.237	62,59	1.337	37,41	3.574	100

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência". CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Dos quase 3,6 mil portadores de deficiência pesquisados, 63% são de nascidos fora de Uberlândia-MG, que em algum momento vieram à cidade em busca de melhores condições de vida, seja no que se refere a tratamento médico, educação, moradia e, certamente, em busca de emprego, considerando que a maior parte dos pesquisados se responsabilizam pelo domicílio. A busca pelo trabalho como motivo para a migração com destino a Uberlândia, representou 64,6% de respostas em pesquisa realizada, em 2001 (Leme, 2001).

Se avaliada a naturalidade dos portadores de deficiência, residentes em Uberlândia, as PPDs são em maioria mineiros (76,8%), sendo 37,4% nascidas em Uberlândia e o restante em outros municípios, com destaque para Ituiutaba, Araguari, Tupaciguara, Uberaba, Canápolis e Patos de Minas, municípios pertencentes à mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, próximos, portanto, a Uberlândia, conforme apresenta a Tabela 1.3. Goiás e São Paulo, estados fronteiriços ao Triângulo Mineiro, forneceram 11,4% e 3,4% das PPDs para Uberlândia, ainda que estes migrantes possam ter residido em outros municípios antes de aqui fixarem residência. No estado goiano, o município de Itumbiara, região que recebe significativa influência sócio-econômica de Uberlândia, contribuiu com 2% dos migrantes acumulados (que nasceram em outros municípios), enquanto que do estado paulista, a capital, São Paulo, contribuiu com 1,6% dos migrantes (Tabela 1.3).

Se considerados os imigrantes acumulados interestaduais (nascidos em outros estados), observa-se que Goiás, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Norte, Distrito Federal foram as Unidades da Federação com maior contribuição no número de PPDs que migraram para Uberlândia.

Tabela 1.3

Local de nascimento das Pessoas Portadoras de Deficiência, por municípios com maior participação no total, segundo a relação com o responsável pelo domicílio.

Local de Nascimento	Relação com o responsável pelo domicílio										
	Total geral			Responsável pelo domicílio		Cônjuge, companheiro (a)		Filho(a), enteado (a)		Outros residentes no domicílio	
	Número	%	% L	Número	% L	Número	% L	Número	% L	Número	% L
Salvador	5	0,14	100	3	60,00	-	-	2	40,00	-	-
Brumado	3	0,08	100	1	33,33	1	33,33	1	33,33	-	-
Mortugaba	3	0,08	100	1	33,33	-	-	2	66,67	-	-
Vitória da Conquista	3	0,08	100	1	33,33	-	-	1	33,33	1	33,33
Outros municípios	41	1,16	100	18	43,90	8	19,51	8	19,51	7	17,07
Bahia	55	1,55	100	24	43,64	9	16,36	14	25,45	8	14,55
Brasília - DF	28	0,79	100	4	14,29	2	7,14	15	53,57	7	25,00
outras cidades do DF	3	0,08	100	1	33,33	-	-	2	66,67	-	-
Distrito Federal	31	0,87	100	5	16,13	2	6,45	17	54,84	7	22,58
Itumbiara	69	1,92	100	25	36,76	15	22,06	19	27,94	9	13,24
Goiânia	29	0,82	100	9	31,03	2	6,90	16	55,17	2	6,90
Goiatuba	30	0,85	100	14	46,67	4	13,33	8	26,67	4	13,33
Quirinópolis	29	0,82	100	8	27,59	5	17,24	13	44,83	3	10,34
Santa Helena	23	0,65	100	10	43,48	4	17,39	4	17,39	5	21,74
Rio Verde	18	0,51	100	6	33,33	4	22,22	7	38,89	1	5,56
Paranaiguara	13	0,37	100	5	38,46	5	38,46	2	15,38	1	7,69
Outros municípios	203	5,67	100	79	38,81	37	18,41	57	28,36	29	14,43
Goiás	414	11,59	100	156	37,71	77	18,49	127	30,66	54	13,14
Ituiutaba	164	4,60	100	47	28,83	32	19,63	60	36,81	24	14,72
Araguari	79	2,20	100	23	29,49	11	14,10	29	37,18	15	19,23
Tupaciguara	55	1,55	100	20	36,36	9	16,36	18	32,73	8	14,55
Uberaba	48	1,35	100	26	54,17	10	20,83	8	16,67	4	8,33
Patos de Minas	43	1,21	100	19	44,19	3	6,98	17	39,53	4	9,30
Canápolis	44	1,24	100	20	45,45	13	29,55	7	15,91	4	9,09
Monte Alegre	42	1,18	100	19	45,24	7	16,67	12	28,57	4	9,52
Capinópolis	39	1,10	100	11	28,21	8	20,51	10	25,64	10	25,64
Prata	34	0,96	100	21	61,76	4	11,76	6	17,65	3	8,82
Monte Carmelo	30	0,85	100	15	50,00	5	16,67	5	16,67	5	16,67
Patrocínio	29	0,82	100	13	44,83	5	17,24	6	20,69	5	17,24
São Gotardo	28	0,79	100	15	53,57	4	14,29	6	21,43	3	10,71
Coromandel	27	0,76	100	15	55,56	3	11,11	7	25,93	2	7,41
Nova Ponte	28	0,79	100	14	50,00	6	21,43	4	14,29	4	14,29
Santa Vitória	28	0,79	100	12	42,86	4	14,29	10	35,71	2	7,14
Araxá	23	0,65	100	15	65,22	3	13,04	3	13,04	2	8,70
Campina Verde	21	0,59	100	6	28,57	5	23,81	5	23,81	5	23,81
Centralina	21	0,59	100	13	61,90	2	9,52	4	19,05	2	9,52
Estrela do Sul	18	0,51	100	6	33,33	2	11,11	8	44,44	2	11,11
Indianópolis	17	0,48	100	7	41,18	3	17,65	6	35,29	1	5,88
Iturama	18	0,51	100	8	44,44	5	27,78	4	22,22	1	5,56
Ipiaçu	15	0,42	100	6	40,00	4	26,67	3	20,00	2	13,33
Belo Horizonte	13	0,37	100	3	23,08	4	30,77	5	38,46	1	7,69
Carmo do Paranaíba	13	0,37	100	5	38,46	4	30,77	2	15,38	2	15,38
Lagoa Formosa	13	0,37	100	4	30,77	1	7,69	7	53,85	1	7,69
Sacramento	13	0,37	100	9	69,23	3	23,08	1	7,69	-	-
Uberlândia	1.337	37,41	100	325	24,31	124	9,27	719	53,78	169	12,64
Outros municípios	498	13,93	100	223	44,74	93	18,62	112	22,47	71	14,17
Minas Gerais	2.743	76,74	100	923	33,64	378	13,78	1.086	39,59	356	13,00
Currais Novos	6	0,17	100	4	66,67	1	16,67	1	16,67	-	-
Caicó	4	0,11	100	1	25,00	2	50,00	-	-	1	25,00
Acari	4	0,11	100	1	25,00	1	25,00	2	50,00	-	-
Cruzeta	4	0,11	100	2	50,00	1	25,00	-	-	1	25,00
Florânia	4	0,11	100	-	-	1	25,00	2	50,00	1	25,00
Outros municípios	32	0,90	100	13	40,63	6	18,75	10	31,25	3	9,38
Rio Grande do Norte	54	1,52	100	21	38,89	12	22,22	15	27,78	6	11,11
São Paulo	55	1,55	100	13	23,64	5	9,09	32	58,18	5	9,09
Igarapava	6	0,17	100	1	16,67	3	50,00	2	33,33	-	-
Guarulhos	4	0,11	100	-	-	-	-	4	100,00	-	-
Barretos	3	0,08	100	1	33,33	1	33,33	1	33,33	-	-
Ituverava	3	0,08	100	2	66,67	-	-	1	33,33	-	-
Ribeirão Preto	3	0,08	100	2	66,67	1	33,33	-	-	-	-
São José do Rio Preto	3	0,08	100	2	66,67	-	-	1	33,33	-	-
Outros municípios	43	1,21	100	17	39,53	9	20,93	12	27,91	5	11,63
São Paulo	121	3,38	100	38	31,67	19	15,83	53	44,17	10	8,33
Outros municípios brasileiros	145	4,06	100	56	38,89	21	14,58	48	33,33	19	13,19
Total	3.574	99,72	100	1.229	34,39	519	14,52	1.363	38,14	463	12,95

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência". CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Do total de PPDs, 39,5% são de mineiros nascidos em outros municípios, percentual superior aos 37,4% dos nascidos em Uberlândia-MG. Tal fato denota a influência sócio-econômica de Uberlândia como absorvedora de população de outras regiões, mesmo no caso de população portadora de deficiência.

Se considerada a etapa migratória das PPDs, ou seja, se os imigrantes são acumulados³, vindos diretamente dos estados em que nasceram ou imigrantes de última etapa⁴, observou-se que Uberlândia exerceu atração migratória diretamente nos estados de origem dos migrantes, ou seja, do total de 2237 imigrantes, 1819 pessoas vieram diretamente das Unidades da Federação em que nasceram, sendo que 418 pessoas (19% do total) fizeram uma etapa migratória em outros Estados, antes de chegarem a Uberlândia.

Se considerada a origem das PPDs imigrantes, que sobreviveram até a data da pesquisa, por município em que moravam antes, constatou-se que Araguari-MG (4,3%), São Paulo-SP (3,4%), Itumbiara-GO (3%), Uberaba-MG (2,5%), Goiânia-GO (2,4%) e Brasília-DF (2,2%) foram os municípios que mais forneceram migrantes a Uberlândia, em sua maioria aqui chegando antes de 1984, portanto há mais de 20 anos, o que pode ser justificado pela expansão econômica que o município viveu até os anos oitenta, enquanto que, posteriormente, por conta da forte estagnação econômica ocorrida no Brasil como um todo, ocorreu certo arrefecimento no número de migrantes.

Se considerados o estado civil e a raça ou cor declarada das PPDs, destacam-se os percentuais de solteiros, 53,7%, em sua maioria declarados como brancos. Os casados representam o segundo contingente de PPDs, com 31% do total, também em maioria brancos. Identificaram-se como indígenas 18 PPDs, em maioria solteiros.

Constatou-se que a maioria dos casados possui até dois filhos, enquanto que o maior número de solteiros contam com um filho. Vale destacar que 1779 das PPDs possuem filhos, o que totaliza 4780 filhos, sendo que destes, 234 são também portadores de deficiência, representando 5% do total de filhos. Do total de filhos das PPDs solteiros, 5,4% são filhos com deficiência, enquanto que 4,5% dos filhos das PPDs casados possuem algum tipo de deficiência (Tabela 1.4).

Tabela 1.4
Filhos das Pessoas Portadoras de deficiência,
segundo o estado civil do PPD e a condição de deficiência.

Estado Civil	Total de filhos		Filhos		
	Número	%	Portadores de Deficiência	Sem Deficiência	% filhos com deficiência
Solteiro	578	12,09	31	547	5,36
Casado	2.840	59,41	129	2.711	4,54
Separado	694	14,52	33	661	4,76
Viúvo	356	7,45	30	326	8,43
Outro	312	6,53	11	301	3,53
Total	4.780	100	234	4.546	4,90

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência". CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Quanto à cor ou raça, 52,3% dos pesquisados se declararam como brancos; 32,4% como pardos; 14,2%, negros; 0,6%, amarelos e 0,5%, indígenas.

Independente da cor ou raça as PPDs possuem, em sua maioria, entre um a três filhos, sendo que os amarelos e indígenas não declararam possuir filhos portadores de deficiência. Para as PPDs pardas, identificou-se que para cada 100 filhos, 5,2 deles possuem algum tipo de deficiência (Tabela 1.5).

³ Imigrantes acumulados são os nascidos em outros municípios e que, em algum momento, migraram para Uberlândia, e que sobreviveram até o momento da pesquisa.

⁴ Imigrantes de última etapa são os migrantes que chegaram a Uberlândia, em algum momento, e que fizeram alguma etapa migratória em outro município, independentemente do local de nascimento.

Tabela 1.5
Filhos das Pessoas Portadoras de deficiência,
segundo a raça ou cor declarada e a condição de deficiência.

Raça ou cor declarada	Total de filhos		Filhos		
	Número	%	Portadores de Deficiência	Sem Deficiência	% filhos com deficiência
Amarela	16	0,33	-	16	-
Branca	2.233	46,72	108	2.125	4,84
Indígena	27	0,56	-	27	-
Parda	1.722	36,03	89	1.633	5,17
Preta/Negra	782	16,36	37	745	4,73
Total	4.780	100	234	4.546	4,90

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência". CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

2. Condição de Ocupação e Renda dos Portadores de Deficiência

As informações seguintes apresentarão breve retrato sócio-econômico das PPD residentes em Uberlândia-MG, de maneira geral, e destacarão, em particular, o perfil das PPD que estavam trabalhando ou procurando por trabalho.

Ao analisar a situação de trabalho dos portadores de deficiência residentes em Uberlândia-MG, no ano de 2004, destaca-se que, de um total de 3574 pessoas, 2717 não trabalhavam, o que corresponde a uma participação relativa de 76,02%, em sua maioria homens. Quando se trata de analisar a participação relativa das PPD que trabalhavam, verifica-se que apenas 845 pessoas responderam que trabalhavam, representando 23,64% do total de pessoas pesquisadas (Tabela 2.1). Neste ponto, há que se questionar se o expressivo número de PPD fora do mercado de trabalho resulta do tipo de deficiência ou de outros fatores.

Tabela 2.1
Portadores de Deficiência quanto à situação de trabalho segundo o sexo.

Situação de trabalho	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Trabalha	373	21,90	472	25,23	845	23,64
Não Trabalha	1326	77,86	1391	74,35	2717	76,02
Não responderam	4	0,23	8	0,43	12	0,34
Total	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Conforme Tabela 2.2, ao considerar o total de PPD segundo situação de trabalho e faixa etária, observa-se que os resultados obtidos junto a esta parcela da sociedade vão ao encontro da realidade do mercado de trabalho da população como um todo, qual seja, a maior concentração de trabalhadores em faixas de idades intermediárias (entre 30 e 49 anos) e os jovens com baixa participação relativa no mercado de trabalho.

Tabela 2.2
Portadores de Deficiência segundo situação de trabalho e faixa etária.

Situação de Trabalho	Faixa Etária (em anos)										TOTAL			
	13 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 60			Outras Idades*		
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%				
Trabalha	141	16,69	92	10,89	246	29,11	200	23,67	163	19,29	3	0,36	845	100
Não Trabalha	704	25,91	276	10,16	483	17,78	581	21,38	651	23,96	22	0,81	2717	100
Não responderam	3	25,00	2	16,67	1	8,33	3	25,00	2	16,67	1	8,33	12	100
TOTAL	848	23,73	370	10,35	730	20,43	784	21,94	816	22,83	26	0,73	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

* Este item inclui os entrevistados com idade inferior a 13 anos e também os que têm mais de 60 anos.

Os números registram que, do total de 845 pessoas que trabalhavam, a maioria se concentra nas faixas etárias de 30 a 39 anos (29,11%) e de 40 a 49 anos (23,67%), significando 52,78% dos que trabalhavam. Portanto, do total de pessoas que responderam não estarem inseridos no mercado de trabalho, observa-se que principalmente entre os jovens e aqueles com idade acima de 50 anos é que se destacam os maiores percentuais. Ou seja, do total de pessoas com deficiência que não trabalhavam, 25,91% estavam na faixa de 13 a 24 anos e 23,96% na faixa de 50 a 60 anos,

totalizando um percentual de 49,87%, sinalizando para uma maior razão de dependência sócio-econômica das famílias que contam com portadores de deficiência, neste caso, também pela idade.

No que diz respeito à profissão declarada, apenas 2131 responderam a questão dentre as 3574 PPD. Foram várias as profissões citadas pelas PPD e algumas merecem destaque: *Auxiliar* (9,20%), *Doméstica* (8,02%), *Serviços Gerais* (7,98%), *Vendedor* (4,55%) e *Motorista* (3,94%). Percebe-se a concentração de PPD em profissões que, tradicionalmente, exigem menor nível de qualificação (auxiliar) e certamente geram baixa remuneração salarial.

Ao classificar o total de PPD em relação à situação de trabalho e escolaridade, observa-se que a maioria que trabalhava declarou possuir o 1º Grau Incompleto/Fundamental e 2º Grau Completo/Médio, correspondendo aos percentuais de 39,64% e 22,60%, respectivamente (Tabela 2.3).

Quando se analisa a escolaridade das PPD que não trabalhavam tem-se que a maioria apresenta baixa escolaridade. Ou seja, 25,61% declararam não possuir nenhuma escolaridade (não lê e não escreve ou apenas lê e escreve, sem escolaridade) e 50,20% possuíam apenas o 1º Grau Incompleto/Fundamental.

A informação de que grande parte das PPD possui baixo nível de escolaridade, ou seja, o maior contingente dessas pessoas se concentra na categoria com primeiro grau incompleto, evidencia condições precárias de inserção das PPD no mercado de trabalho, o que as leva a ocupar postos de trabalho que não exigem maior grau de qualificação e, conseqüentemente, a se enquadrar em ocupações com baixa remuneração.

Tabela 2.3
Portadores de Deficiência segundo escolaridade e situação de trabalho.

Escolaridade	Trabalha		Não trabalha		Não responderam		Total	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
Não Lê e Não escreve	46	5,44	584	21,49	-	-	630	17,63
Lê e escreve(sem escolaridade)	11	1,30	112	4,12	-	-	123	3,44
1 Grau Incompleto/Fundamental	335	39,64	1364	50,20	8	66,67	1707	47,76
1 Grau Completo/Fundamental	82	9,70	157	5,78	2	16,67	241	6,74
2 Grau Incompleto/Médio	89	10,53	180	6,62	-	-	269	7,53
2 Grau Completo/Médio	191	22,60	207	7,62	-	-	398	11,14
Superior Incompleto	34	4,02	36	1,32	-	-	70	1,96
Superior Completo	29	3,43	19	0,70	-	-	48	1,34
Pós Graduação	18	2,13	3	0,11	-	-	21	0,59
Outro	5	0,59	34	1,25	-	-	39	1,09
Não responderam	5	0,59	21	0,77	2	16,67	28	0,78
TOTAL	845	100	2717	100	12	100	3574	100

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência", CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Analisando as informações referentes às PPD que declararam *não trabalhar* quanto ao tempo que não trabalham, os dados apontam, conforme Tabela 2.4, que, do total de 2717 PPD, identifica-se que 40,26% são pessoas que afirmaram nunca terem trabalhado e que 41,11% declararam que há mais de três anos não trabalham, totalizando um percentual de 81,37% nestas duas condições. Ou seja, o não acesso das PPD ao mercado de trabalho, pelo fato de nunca terem trabalhado ou por estarem um longo tempo sem trabalho, evidencia as dificuldades de inserção destas pessoas no mercado de trabalho.

Tabela 2.4**Portadores de Deficiência que não trabalham quanto ao tempo que não trabalham segundo o sexo.**

Quanto Tempo Não Trabalha	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Nunca trabalhou	567	42,76	527	37,89	1094	40,26
Há menos de 6 meses	63	4,75	78	5,61	141	5,19
De 6 meses a 1 ano	54	4,07	51	3,67	105	3,86
Mais de 1 ano a 2 anos	32	2,41	74	5,32	106	3,90
Mais de 2 anos a 3 anos	66	4,98	86	6,18	152	5,59
Há mais de 3 anos	543	40,95	574	41,27	1117	41,11
Não Responderam	1	0,08	1	0,07	2	0,07
TOTAL	1326	100	1391	100	2717	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Entretanto, a Tabela 2.5 evidencia um outro cenário no qual 44,31% das PPD que não trabalhavam declararam nunca terem procurado trabalho e, entre as que procuraram trabalho, 38,13% o fizeram há mais de um ano. Ou seja, quando se analisa o mercado de trabalho, nesta pesquisa, pelo lado da procura por trabalho, nota-se que atualmente há pouca pressão das PPD sobre esse mercado.

Tabela 2.5**Portadores de Deficiência que não trabalham quanto ao tempo de procura por trabalho segundo o sexo.**

Tempo de Procura Por Trabalho	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Nunca procurou	599	45,17	605	43,49	1204	44,31
Há menos de 3 meses	149	11,24	167	12,01	316	11,63
De 3 a 6 meses	31	2,34	41	2,95	72	2,65
Mais de 6 meses a 1 ano	35	2,64	27	1,94	62	2,28
Há mais de 1 ano	499	37,63	537	38,61	1036	38,13
Não Responderam	13	0,98	14	1,01	27	0,99
TOTAL	1326	100	1391	100	2717	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Quando se fala da pouca pressão exercida pelas PPD sobre o mercado de trabalho é importante se ater aos motivos que influenciam essa postura, alguns deles explicitados na Tabela 2.6.

Ao se analisar as PPD que não trabalhavam quanto ao motivo, identifica-se uma realidade onde os destaques são: 57,12% afirmaram “não trabalhar porque a deficiência o impede”, 14,17% declararam “querer trabalhar, mas não encontrou trabalho” e, finalmente, 9,64% responderam “quer trabalhar, mas não procurou trabalho”.

Enquanto isso, apenas 5,96% dos que não trabalhavam afirmaram “não querer trabalhar”; 4,20% “não trabalha para não perder o benefício”; 5,01% afirmaram que “encontrou trabalho, mas não foi aceito” e, finalmente, 1,99% declararam “querer trabalhar, mas a família não permite”.

Tabela 2.6
Portadores de Deficiência que não trabalham quanto ao motivo segundo o sexo.

Motivo	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Não quer trabalhar	98	7,39	64	4,6	162	5,96
A deficiência o impede	737	55,58	815	58,59	1552	57,12
Não quer perder o benefício	36	2,71	78	5,61	114	4,2
Encontrou trabalho, mas não foi aceito	64	4,83	72	5,18	136	5,01
Quer trabalhar, mas não procurou trabalho	131	9,88	131	9,42	262	9,64
Quer trabalhar, mas a família não permite	40	3,02	14	1,01	54	1,99
Quer trabalhar, mas não encontrou trabalho	194	14,63	191	13,73	385	14,17
Não Responderam	26	1,96	26	1,87	52	1,91
TOTAL	1326	100	1391	100	2717	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

A avaliação de que a deficiência é um impeditivo para o trabalho partiu do próprio respondente, em sua maioria o portador de deficiência. Neste ponto, vale pensar que, possivelmente, as PPD entrevistadas não estavam considerando a possibilidade de sua reabilitação ou de adequação de suas condições físicas ou mentais para exercer alguma ocupação remunerada, adaptando inclusive o ambiente de trabalho para um portador de deficiência. Talvez o próprio mercado de trabalho despreparado para empregar pessoas com necessidades especiais esteja induzindo este tipo de resposta, o que somente poderá ser confirmado a partir de estudos qualitativos específicos.

As informações referentes à *Ocupação Principal* das PPD expressam a atividade principal que o entrevistado declarou estar desempenhando no momento da pesquisa. Dentre 845 pessoas que responderam estar trabalhando, 833 declararam a sua ocupação principal, e apenas 12 não responderam ou não souberam responder. As ocupações que se destacaram foram: *Auxiliar* (13,93%), *Serviços Gerais* (5,76%), *Doméstica* (4,8%), *Técnico* (4,44%) e *Vendedor* (4,32%). Com já foi identificado nas profissões, nas ocupações também é possível perceber que predominam aquelas tidas como precárias por não exigirem maior qualificação e nem escolaridade.

Outro aspecto que pode indicar precarização do trabalho daquelas PPD é o número de horas trabalhadas por semana. Daqueles que trabalham, 32% dedicam-se mais de 44 horas semanais às suas ocupações, em sua maioria homens, trabalhando, portanto, acima do número de horas definido legalmente para os trabalhadores celetistas (Tabela 2.7). Resta confirmar se recebem remuneração extra para as horas que extrapolam o definido em lei (44 horas semanais).

Tabela 2.7
Portadores de Deficiência quanto às horas trabalhadas por semana, segundo o sexo.

Horas Trabalhadas/ Semana	Feminino		Masculino		Total	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
Até 44 Horas Semanais	256	68,63	285	60,38	541	64,02
Acima de 44 Horas Semanais	111	29,76	163	34,53	274	32,43
Não Responderam	6	1,61	24	5,08	30	3,55
TOTAL	373	100	472	100	845	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

De acordo com a Tabela 2.8, ao relacionar as PPD que trabalhavam distribuídas segundo posição na ocupação e sexo, verifica-se que a maioria das pessoas ocupadas se concentrava nas categorias *Empregado com Carteira* (38,82%), *Conta Própria/ Ambulante* e *Autônomo* (19,77%) e *Funcionário Público* (14,67%), significando que 73,26% do total estavam nestas categorias de ocupações. Do total de mulheres que declararam trabalhar, destaca-se uma maior concentração de mulheres com vínculo formal, ou seja, 37,27% eram empregadas *com carteira* e 19,03% eram *Funcionárias Públicas*. Entre o total de homens que trabalhavam, destaca-se que a maioria se situava nas categorias *Empregado com Carteira* (40,04%) e *Conta Própria/ Autônomo* (19,28%).

Tabela 2.8
Portadores de Deficiência que trabalham quanto à posição na ocupação segundo o sexo.

Posição na Ocupação	Feminino		Masculino		Total	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
Conta própria/Ambulante	6	1,61	15	3,18	21	2,49
Conta própria/Autônomo	55	14,75	91	19,28	146	17,28
Empregado c/ carteira	139	37,27	189	40,04	328	38,82
Empregado s/ carteira	50	13,40	49	10,38	99	11,72
Empregador	1	0,27	3	0,64	4	0,47
Eventual(bico)	23	6,17	40	8,47	63	7,46
Funcionário Público	71	19,03	53	11,23	124	14,67
Temporário c/ contrato	14	3,75	8	1,69	22	2,60
Temporário s/ contrato	10	2,68	18	3,81	28	3,31
Não Responderam	4	1,07	6	1,27	10	1,18
TOTAL	373	100	472	100	845	100

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência", CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Os resultados demonstrados na Tabela 2.8 mostram ainda que aproximadamente 30% dos que trabalham se encontram em posição vulnerável, pois, devido às suas posições na ocupação, não têm garantia de seus direitos trabalhistas e previdenciários. Ocupações como *Conta própria* (seja ambulante ou autônomo), *Eventual (bico)* e *Temporário sem contrato* sugerem que estes trabalhadores buscam formas alternativas de renda sem que garantias mínimas que a CLT prevê sejam reconhecidas.

Para além de traçar o perfil das PPD que estavam ou não inseridas no mercado de trabalho, os dados da pesquisa também permitiram avaliar, na visão do portador de deficiência, as necessidades para disputar vagas de trabalho. Essas informações mostram o cenário difícil em que estas pessoas e suas famílias estão inseridas e que poderá ser melhor compreendido com as observações desenvolvidas a seguir, que buscam analisar outras informações relacionadas à totalidade das PPD.

Para o total de 3574 PPD, a pesquisa levantou informações sobre as necessidades para acesso ao mercado de trabalho e estas informações foram respondidas e analisadas independente das condições de inserção no mercado de trabalho atual, ou seja, responderam a questão as PPD que trabalhavam ou não no período da pesquisa.

Importante salientar que no quesito do questionário que tratava das necessidades para acesso ao mercado de trabalho, o entrevistado poderia dar sua opinião marcando mais de uma alternativa. Sendo assim, a Tabela 2.9 foi construída considerando a redistribuição da participação relativa das respostas no total das PPD.

Portanto, do total de 3574 PPD que responderam ao questionário, o destaque é para os 21,32% que afirmaram que, para ter acesso ao mercado de trabalho, seria necessário *melhorar a sua capacitação* (fazer cursos, treinamentos, etc.) e para os 20,93% que consideravam ser necessário *melhorar a sua escolaridade*. Os demais declararam outras dificuldades, tais como: *diminuir o preconceito das empresas* (20,90%), *melhorar minha auto-estima* (6,30%), *maior acessibilidade* (3,78%), *melhorar o transporte na cidade* (3,78%) e, finalmente, tem-se que 21,74% citaram *outros motivos* para acesso ao mercado de trabalho. Dentre os outros motivos citados destacam-se, como exemplo: “ser a oferta de trabalho condizente com as suas limitações”, “tratar a deficiência”, etc.

Tabela 2.9
Portadores de Deficiência segundo as necessidades para acesso ao mercado de trabalho.

Necessidades	Número	%
Melhorar minha capacitação	762	21,32
Melhorar meu nível de escolaridade	748	20,93
Diminuir o preconceito das empresas	747	20,9
Melhorar minha auto-estima	225	6,3
Maior acessibilidade	180	5,04
Melhorar o transporte na cidade	135	3,78
Outro Motivo	777	21,74
TOTAL	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Os resultados da pesquisa também permitiram uma análise das condições de renda das PPD. Sabe-se que a condição de portador de deficiência, muitas vezes, garante recebimento de algum tipo de benefício por parte do Estado. Neste caso, quando da avaliação dos rendimentos percebidos, um dado importante a ser considerado é a distribuição das PPD, segundo o recebimento de benefícios. Os dados mostram que a maioria das pessoas com deficiência declarou que não recebia nenhum tipo de benefício (1939 pessoas), correspondendo a um percentual de 54,25%, sendo que, deste total, 1004 são mulheres e 935 são homens. Estão incluídos aí aqueles que estão trabalhando com carteira assinada, situação que inviabiliza o recebimento de outros benefícios.

Importante fazer referência aos que receberam benefícios como aposentadoria por invalidez e auxílio-doença, cuja participação relativa foi de 26,86% e 7,55%, respectivamente. Enquanto isso, pode-se notar que aqueles que declararam receber outros benefícios contavam com pequena participação relativa frente ao total dos pesquisados (Tabela 2.10).

Quando se analisa o total dos portadores de deficiência pesquisados quanto ao recebimento de benefício e faixa etária, a pesquisa informa que entre os que afirmaram não receber nenhum benefício, a maioria se concentra na faixa de 13 a 24 anos e 30 a 39 anos, ou seja, 29,91% e 21,71%, respectivamente. Dentre os que responderam receber o benefício *aposentadoria por invalidez*, grande parte deles se concentrava nas faixas de idade de 40 a 60 anos, perfazendo um total de 61,77%. Finalmente, entre aqueles que afirmaram receber *auxílio-doença*, o destaque é que a maior concentração ocorre principalmente nas faixas de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos, ou seja, 28,15% e 22,96% respectivamente.

Tabela 2.10
Portadores de Deficiência quanto ao recebimento de benefícios segundo o sexo.

Benefício	Feminino		Masculino		Total geral	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
Aposentadoria comum	21	1,23	24	1,28	45	1,26
Aposentadoria/invalidez	381	22,37	579	30,95	960	26,86
Bolsa Escola	20	1,17	25	1,34	45	1,26
Pensão	89	5,23	58	3,10	147	4,11
Auxílio doença	107	6,28	163	8,71	270	7,55
Seguro desemprego	3	0,18	3	0,16	6	0,17
BPC ¹	11	0,65	16	0,86	27	0,76
Outro Benefício	67	3,93	68	3,63	135	3,78
Nenhum Benefício	1004	58,95	935	49,97	1939	54,25
TOTAL	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

1 - O Benefício de Prestação Continuada - BPC - foi garantido na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Decreto Federal 3298/99, por meio do qual o governo federal, através da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social, garante um salário mínimo à pessoa portadora de deficiência que não tenha condições de se manter ou ter sua manutenção garantida pela família e que a renda *per capita* da família seja inferior a ¼ do salário mínimo.

Ao analisar a distribuição das PPD quanto ao rendimento pessoal, observa-se que a maioria dos pesquisados que, na data da pesquisa, declarou receber algum tipo de rendimento, concentrou-se na faixa de rendimentos de até 2 salários mínimos⁵ (R\$520,00). Os dados mostram que, do total de 3574 pesquisados, 53,50% percebiam até 1 salário mínimo e 18,27% de 1,01 a 2 salários mínimos. Somados esses dois contingentes, tem-se que mais da metade da população pesquisada, ou seja, 71,77% contavam com rendimentos de no máximo dois salários mínimos. Isso significa que parcela expressiva desse conjunto de pessoas, além de ter dificuldades de inserção no mercado de trabalho, também encontra dificuldades pelo lado da renda quando se observa que a maioria conta com rendimentos tão baixos (Tabela 2.11).

Tabela 2.11
Portadores de Deficiência por rendimento pessoal e sexo (out/ 2004).

Renda do Portador (R\$)	Feminino		Masculino		Total	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
Até 260	998	58,60	914	48,85	1912	53,50
260,01 a 520	268	15,74	385	20,58	653	18,27
Sub Total	1266	74,34	1299	69,43	2565	71,77
520,01 a 780	51	2,99	119	6,36	169	4,73
780,01 a 1300	30	1,76	98	5,24	128	3,58
1300,01 a 2600	10	0,59	28	1,50	38	1,06
Mais que 2600	2	0,12	3	0,16	6	0,17
Não Responderam	344	20,20	324	17,32	668	18,69
TOTAL	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

⁵ Na data da pesquisa, o valor do Salário Mínimo era de R\$260,00.

Quando se analisa o rendimento pessoal por sexo, verifica-se que, do total de 1703 mulheres que responderam o questionário, 58,60% ganham até 1 salário mínimo e 15,74% ganham de 1,01 a 2 salários, perfazendo um total de 74,34% com até dois salários mínimos. No caso dos homens a realidade é um pouco diferente, ou seja, do total de 1871 homens, 48,85% recebem até 1 salário mínimo e 20,58% ganham de 1,01 a 2 salários, ou seja, embora o percentual que recebiam até 2 salários mínimos também seja alto (69,43%), é inferior ao percentual de mulheres nestas condições de rendimento.

Embora seja pouco expressivo o percentual de pessoas recebendo rendimentos acima de 2 salários mínimos (apenas 9,54%), a Tabela 2.11 permite verificar que quando isto ocorre, a participação relativa dos homens neste tipo de recebimento é maior. Como exemplo pode-se citar que, do total de 170 pessoas que recebem entre R\$520,01 a R\$780,00, 70,41% são homens, enquanto apenas 30,18% são mulheres. A tendência de maior participação relativa dos homens é semelhante também nas outras faixas com renda superior a R\$780,00.

Segundo dados da Tabela 2.12 é possível avaliar a renda familiar (que inclui o rendimento pessoal) dos entrevistados. A tendência dos baixos rendimentos verificados nos dados de renda pessoal também se configura na renda familiar. Neste quesito registra-se que 15,75% declararam ter renda familiar de até 1 salário mínimo (R\$260,00), 33,46% têm renda familiar de 1,01 a 2 salários mínimos e 23% têm renda familiar de 2,01 a 3 salários mínimos. Somados esses três contingentes, verifica-se que mais da metade da população pesquisada, ou seja, 72,22% contavam com renda familiar até três salários mínimos (R\$ 780,00) e, deste total, 75,81% são mulheres e 68,95% são homens. Isso demonstra que há uma maior concentração de PPD em famílias com baixos rendimentos.

Esse cenário de baixo rendimento familiar, quando analisado segundo faixa etária, pode ser destacado principalmente entre as pessoas acima de 40 anos e entre os mais jovens. Ou seja, do total de pessoas com deficiência que declararam contar com renda familiar de até 3 salários mínimos (R\$780,00), 22,05% se concentram na faixa de 13 a 24 anos; 22,47% na faixa de 40 a 49 anos e 24,56% na faixa de 50 a 60 anos, perfazendo um total de 69,08%.

Tabela 2.12
Portadores de Deficiência por renda familiar ¹ e sexo (out/ 2004).

Renda Familiar (R\$) ¹	Feminino		Masculino		Total	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
Até 260	287	16,85	276	14,75	563	15,75
260,01 a 520	625	36,70	571	30,52	1196	33,46
520,01 a 780	379	22,25	443	23,68	822	23,00
Sub Total	1291	75,81	1290	68,95	2581	72,22
780,01 a 1300	226	13,27	322	17,21	548	15,33
1300,01 a 2600	61	3,58	128	6,84	189	5,29
Mais que 2600	19	1,12	19	1,02	38	1,06
Não Responderam	106	6,22	112	5,99	218	6,10
TOTAL	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência", CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

(1) Inclui o rendimento do Portador de Deficiência.

Dentro da análise das condições de renda das PPD foi possível também verificar o percentual de pobres entre a população pesquisada⁶. Portanto, de acordo com o relatório da pesquisa, observa-se que 25% do total das PPD são consideradas pobres, significando que mais de 800 pessoas não auferem renda suficiente para a satisfação das suas necessidades básicas. Dentre este percentual de pessoas pobres portadoras de deficiência de acordo com a faixa etária, verifica-se que 68,3% se concentram principalmente nas idades de 25 a 59 anos e que cerca de 52% são mulheres e mais da metade (53,3%) são negros ou pardos.

No que se refere à escolaridade, observa-se que 53,1% dos pobres não chegaram a concluir o ensino fundamental, quase 30% não possuem escolaridade formal e apenas 0,1% obteve diploma de curso do ensino superior. Assim, os dados demonstram a dificuldade de acesso das pessoas com deficiência e em situação de pobreza ao sistema educacional.

⁶ Para calcular o percentual de pobres enquanto insuficiência de renda entre as pessoas portadoras de deficiência pesquisadas, optou-se pela utilização de meio salário mínimo (R\$130,00) como proxy para a linha de pobreza.

Considerações finais

Com base nas informações detalhadas neste estudo, ainda que não de forma exaustiva, confirma-se que a população portadora de deficiência, residente em Uberlândia–MG, depende, em elevado grau, de ações públicas dos diversos níveis de Governo, que possam garantir sua inclusão social e econômica. Ampliação da escolaridade, qualificação e inserção no mercado de trabalho formal, onde a renda-salário e os direitos trabalhistas possam permitir melhor qualidade de vida para esse grupo populacional e suas famílias, são itens não contemplados como possíveis prioridades numa visão de livre mercado, numa perspectiva neoliberal.

Sem que o Estado promova essas ações, desde o direcionamento de recursos para escolas adaptadas, projetos de qualificação e capacitação, atendimento de saúde para reintegração física e mental das PPD, bem como intensifique movimentos fiscalizatórios junto a empresas públicas e privadas, no atendimento à lei que prevê cotas para estas pessoas, a exclusão das PPD poderá acentuar-se. A iniciativa privada, sejam empresas ou famílias, não garantirá por si só que estas pessoas possam ter alguma chance de realização profissional.

Alguns aspectos enfatizam a dificuldade de inclusão das PPD, entre eles, o perfil demográfico destacou que se encontram, em sua maioria, em idades superiores aos 30 anos, em quantitativos aproximados para homens e mulheres, o que poderá gerar certa dificuldade de contratação num ambiente competitivo e com grande pressão dos jovens na disputa por vagas neste mercado.

Outra preocupação que os dados enfatizaram diz respeito à situação de responsável pelo domicílio de grande parte das PPD, ou seja, muitos agrupamentos familiares dependem dos recursos financeiros de pessoas portadoras de deficiência, o que aumenta o grau de vulnerabilidade social dessas famílias. Vale considerar a geração de filhos das PPD que são portadores de deficiência e que, desde já, pressionam as famílias por saúde especializada, educação especial e outras requisições não acessíveis às famílias mais pobres.

Relativamente à escolaridade dos portadores de deficiência, observou-se que a maioria das PPD não estudava e outra pequena parcela dessa população freqüentava a escola, sendo que entre esses a maior parte se encontra na faixa etária de 13 a 24 anos. Foi possível também constatar que a maioria das PPD não terminou o primeiro grau e que parcela significativa é considerada analfabeta funcional. Imprescindível, portanto, que gestões públicas viabilizem programas escolares que recuperem a escolaridade das PPD.

No que se refere à busca pela capacitação ou realização de cursos técnicos ou profissionalizantes, apenas uma pequena parcela das PPD afirmou possuir tais requisitos sendo que a maioria delas não fez ou não possui nenhum curso. Essa informação permite, mais uma vez, requerer o envolvimento do poder público, agora na criação de condições de capacitação, fator determinante para futura inclusão no mercado de trabalho, que é cada vez mais competitivo e exigente com as competências e habilidades.

Destaca-se que, de um total de 3574 pessoas pesquisadas, a maioria não trabalhava e apenas pequena parcela respondeu que trabalhava. Dos que afirmaram não trabalhar na data da pesquisa, a maioria apresentava nenhuma ou baixa escolaridade, sendo que parcela significativa das PPD que não trabalhava possuía apenas o 1º Grau Incompleto.

Embora se verifique que parte dos que não trabalhavam declararam nunca ter procurado trabalho e, entre os que procuraram trabalho, parte deles o fez há mais de um ano, vale considerar que parcela significativa das PPD que não trabalhavam afirmaram “*não trabalhar porque a deficiência o impede*”. As demais declararam “*querer trabalhar, mas não encontrou trabalho*” e “*querer trabalhar, mas não procurou trabalho*”.

A partir destas justificativas, infere-se que, por conta da primeira justificativa: não trabalhar porque a deficiência o impede, merece pesquisa específica, qualitativa, que avalie até que ponto a deficiência impede alguém de trabalhar ou se a estrutura produtiva atual não possui a flexibilidade necessária para abrigar pessoas diferentes. Quanto às demais respostas, ainda em vigor, indicam que ações mais incisivas do Estado, através do Ministério do Trabalho e de suas Procuradorias, no

cumprimento da lei de cotas para pessoas deficientes, bem como fomento à acessibilidade no que se refere ao transporte e apoio no encaminhamento de desempregados, podem minorar estas dificuldades.

Quando questionados sobre o que seria necessário para ter acesso ao mercado de trabalho, a maioria dos entrevistados afirmou ser a capacitação profissional e a escolaridade, e parcela deles declarou ser necessário diminuir o preconceito das empresas.

No que tange ao rendimento pessoal observou-se que a maioria dos pesquisados concentra-se na faixa de rendimentos de até 2 salários mínimos. Essa tendência de baixos rendimentos também se configura na renda familiar, pois mais da metade da população pesquisada contava com renda familiar de no máximo três salários mínimos, realidade esta ratificada quando analisamos a ocupação principal citada pelas PPD. Nesse quesito, as ocupações mais frequentes são aquelas com menor exigência de qualificação e, portanto, com menor remuneração.

Assim, registrou-se que significativa parcela dessas pessoas, além de enfrentarem extrema dificuldade de inclusão no mercado de trabalho, também conta com rendimentos muito baixos.

Esse baixo nível de renda fomentou o aparecimento e manutenção de expressivo número de pessoas pobres, com renda insuficiente para a garantia de suas necessidades básicas. Embora os não pobres representem o maior contingente de pessoas, verifica-se que o nível de renda dessa população é bastante baixo, sugerindo-se que significativas necessidades dessas PPD não estão sendo atendidas.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade e a obrigatoriedade de ações do Estado em garantir políticas públicas, mesmo em cidades tidas como *ilhas de prosperidade* como Uberlândia, que possibilitem a inclusão social das PPD. Programas de complementação de renda e outros apoios como os programas já implementados: bolsa-alimentação, escola, transporte, etc. devem incluir as PPD. Atendimento especializado em saúde, incluindo programas de reeducação física para que as PPD possam obter melhor desempenho em suas atividades, sejam domésticas ou em ambientes de trabalho, são fundamentais. Projetos de capacitação e qualificação, incluindo apoio para complementação escolar daqueles que estão com defasagem nos estudos deve ser meta de todas as esferas de Governo. Linhas especiais para financiamento da casa própria, inclusive com projetos adequados para as PPD podem favorecer as famílias mais pobres. Todas estas ações somente poderão ser implementadas a partir de firme articulação pública, entre todas as esferas de Governo, o que certamente promoverá desenvolvimento econômico com inclusão social.

Referências Bibliográficas

BERTOLUCCI JR., Luiz et. al. **Uberlândia: painel de informações municipais - 2005**. Uberlândia: CEPES/IEUFU, 2005. 94p.

CAMARGOS BORGES, M. M. e BOTELHO, M. R. A. 2003. Impactos sobre emprego e salários da migração de trabalhadores: o caso da indústria de Minas Gerais no período recente. In: VIII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, São Paulo, outubro de 2003. *Anais...*, ABET.

CAMARGOS BORGES, Marlene M. et. al. **Levantamento de informações econômico-sociais das pessoas portadoras de deficiência no município de Uberlândia-MG**. Relatório de Pesquisa. Uberlândia: CEPES/IEUFU, 2005. 107p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2000). **Atlas de Desenvolvimento Humano**. FJP: Belo Horizonte, MG, 2000. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>.

FONSECA, Ricardo Tadeu M. **O mercado de trabalho e as leis de ação afirmativa em prol da pessoa portadora de deficiência**. Curitiba, 2003. Disponível em: <http://www.apabb.com.br/texto07.doc>. Acesso em 29 de março de 2005.

GOMES, D. C; NEDER, H. D. Pobreza nos anos 90: os efeitos da estabilização. In: **Gestão e Desenvolvimento**, Bragança Paulista, v. 5, n. 2, p. 11-26, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro:IBGE, 2000.

LEME, Heládio J.C. (org.). **Condições sócio-econômicas das famílias de Uberlândia**. Relatório de Pesquisa. Uberlândia: IE e CEPES/UFU, 2001. 161p.

LESSA, C. et. al. **Pobreza e política social: exclusão nos anos 90**. Praga: Hucitec, n. 3, 1997.

MUNIZ, André Luiz P. et al. **Indicadores de desenvolvimento humano para Uberlândia e municípios selecionados (1991-2000)**. Cepes/IEUFU: Uberlândia, 2005. Disponível em: <<http://www.ieufu.br/cepes>>.

NERI, Marcelo et al. **Retratos da deficiência no Brasil (PPD)**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003. 250p.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. Ed. Contexto, São Paulo, 2000.

RIBAS, João Baptista Cintra. **Emprego e trabalho para portadores de deficiência: as leis, os debates e os projetos de ação no ano 2000**. Disponível em: <http://www.lerparaver.com/emprego.html>. Acesso em 29 de março de 2005.

ROCHA, S. **A situação do trabalho no Brasil**. Produção do DIEESE. São Paulo: DIEESE, 2001.

_____. **Poverty studies in Brazil: a review.**, Rio de Janeiro: IPEA, 1996c. (Texto para discussão n.º 398)

_____. **Estabelecimento e comparação das linhas de pobreza para o Brasil**. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1988 (Texto para discussão interna).

RODRIGUES, André T. et al. **Perfil da indústria no Município de Uberlândia–MG**. Relatório de pesquisa. Uberlândia: CEPES/IEUFU, 2004. 169p.

ROMÃO, M. C. **Pobreza: conceito e mensuração**. Brasília: IPEA, 1993 (Caderno de Economia n.º 13).

SABÓIA, J. Emprego industrial no Brasil: situação atual e perspectivas para o futuro. **Revista de Economia Contemporânea**, vol. 5, número especial, Rio de Janeiro, 2001.